

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****4ª VARA CÍVEL****RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006523-06.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO CIVIL**
 Requerente: **Tecumseh do Brasil Ltda**
 Requerido: **Epss - Empresa Prestadora de Serviços de Saúde Ltda.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

A autora Tecumseh do Brasil Ltda. propôs a presente ação regressiva contra a ré EPSS - Empresa Prestadora de Serviços de Saúde Ltda., requerendo a condenação desta no pagamento da quantia de R\$ 34.339,17, desembolsada pela autora em ação trabalhista.

A ré foi citada pessoalmente na pessoa de seu representante legal às folhas 181, não oferecendo resposta (folhas 182), tornando-se revel.

Relatei. Decido.

Passo ao julgamento antecipado da lide na forma do artigo 355, II, do Código de Processo Civil.

Aduz a autora que celebrou com a ré um contrato de prestação de serviços, com o objetivo de fornecimento de mão de obra qualificada na área de atuação da ré. Em abril de 2012, a empregada da ré, Rita de Cássia Tassinare Barini, ajuizou ação trabalhista pleiteando o pagamento de verbas rescisórias, figurando a ré como primeira reclamada e a autora como segunda reclamada. Embora condenada naquela reclamação trabalhista, a ré não efetuou o pagamento do débito, obrigando a autora a efetuar-lo, na qualidade de devedora subsidiária, de acordo com a Súmula 331, IV, do E. Tribunal Superior do Trabalho, que assim dispõe:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial".

O contrato civil de prestação de serviços colacionado pela autora às folhas 22/29, as notas fiscais de folhas 30/50, a cópia da ação trabalhista de folhas 51/169, bem como a guia de depósito de folhas 171 comprovam as alegações da autora, corroborado pela ausência de contestação, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora, nos termos do artigo 344, do Código de Processo Civil.

Diante do exposto, acolho o pedido, resolvendo o mérito nos termos do artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para o fim de condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 34.339,17 (trinta e quatro mil trezentos e trinta e nove reais e dezessete centavos), com atualização monetária a partir do desembolso (15/10/2015) e acrescida de juros de mora a partir da citação. Sucumbente, condeno a ré no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, esses fixados em 10% do valor da condenação, ante a ausência de complexidade.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

P.R.I.C.

São Carlos, 03 de agosto de 2016.

Juiz Alex Ricardo dos Santos Tavares

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**